

**ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL ENTRE SECRETARIAS E CONSELHO DOS  
REPRESENTANTES DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS  
DATA: 27 A 29/05/2024**

Nos 03 (três) dias, presentes os seguintes Conselheiros:

- Núcleo 1: CRISTINA KROKOVEC TENCA
- Núcleo 2: JULIANA DA CONCEIÇÃO
- Núcleo 3: ANDRÉ DE MORAES DOELITZSCH
- Núcleo 4: FABIANO DE LIMA SEGALA
- Núcleo 5: PATRICIA SPOLAOR CAMARGO
- Núcleo 6: JULIANA FREIRE DOS SANTOS
- Núcleo 7: MARCELO PEREIRA MICENA
- Núcleo 8: ERIKA SOARES CALANDRIELLO

**Dia 27/05 - Manhã**

Reunião entre os 08 (oito) conselheiros para discussão e alinhamento de todas as pautas a serem apresentadas para as secretarias.

**Dia 27/05 - Tarde**

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SOF

*Presente o Secretário Carlos Yukio Fujimoto.*

- Viabilidade de aquisição e fornecimento de headset aos cartórios

Criar processo SEI com justificativa e finalidade. Viabilidade para aquisição no final do ano com sobra de recursos.

- Adoção de cartão corporativo nos gastos com eleições

Os principais impedimentos no uso do cartão corporativo são: a) só aceita a função crédito; b) o limite de 30% para saque, que não atende todos os cartórios que têm demandas diferentes em relação a pagamentos em dinheiro.

Questionado sobre a possibilidade de uso do pix ou cartão de débito em vez de cheque, nos foi informado que, para o suprimento de fundos, obrigatoriamente deve ser usada a conta tipo "b" e essa conta não permite uso de cartão de débito ou pix.

Carlos levantou a questão de que muitos cartórios, na pesquisa prévia para suprimento de fundos, colocou valores muito altos nas despesas, e que não tem orçamento para cobrir

todos os valores lá colocados. A SOF fez um levantamento de outras eleições a fim de calcular um valor razoável e pediu auxílio do Conselho para que divulgasse a informação junto aos Cartórios, solicitando ainda que, na próxima vez, os cartórios fossem orientados a colocar valores mais aproximados da realidade.

Solicitação conjunta do Conselho para que seja feito um webinar antes do levantamento dos valores para as Eleições, para explicar e tranquilizar os chefes antes de responder às informações solicitadas pela SOF.

- Auxílio-Saúde e Plano de saúde.

Em relação ao Plano de Saúde, a dificuldade está na licitação para contratação, pois não há obrigatoriedade de adesão por parte do servidor, não se tem um panorama da saúde dos servidores e, por isso, pode ser que em uma eventual licitação o valor por dependente fique mais alto do que o servidor paga hoje com seu próprio plano de saúde.

Já em relação ao auxílio saúde, é uma determinação do CNJ que deve ser cumprida. Na determinação, para ressarcimento ao servidor, leva-se em conta três requisitos: faixa etária, salário e comprovação. O TRE já implementou um reembolso de auxílio saúde dividido por faixa etária, para cumprimento de um dos requisitos. Em relação à comprovação, está em teste no TRE-RJ um sistema para administrar esses comprovantes. Acredita-se que a implantação do sistema ocorrerá após as eleições. Destacando que, pelo entendimento do TRE da Resolução do CNJ, só vale a comprovação em gasto com Plano de saúde e/ou odontológico, não sendo aceitos comprovantes de gastos particulares com saúde.

O Conselho propôs a criação de um Auxílio-farmacêutico, para complementação do valor. O pedido não foi recusado, mas poderá ser estudado após a implementação da comprovação de reembolso, para verificar a viabilidade financeira. O Conselho fará um SEI já com a solicitação.

O Conselho propôs estipular um valor mínimo que não precisa ser comprovado. O Secretário alegou que isso é tentar dar um “jeitinho” e não cumprir a Resolução CNJ.

O Conselho ainda levantou uma hipótese de um sistema de transição, em que, conforme fosse aumentando o valor do plano de saúde dos servidores, estes optassem por entrar no sistema de reembolso. Carlos alega que também não cumpre a Resolução.

O Conselho levantou a questão de servidores que, mesmo com plano de saúde, devido a situações que requerem maior acompanhamento, gastam em clínicas particulares com tratamentos que não são abarcados pelo plano. Se os comprovantes de pagamento poderiam entrar no cômputo do reembolso. Carlos disse que a Resolução CNJ coloca apenas Plano de Saúde e Odontológico, então não serão aceitos outros comprovantes de pagamento.

Solicitação conjunta do Conselho para que seja feito um webinar para explicar as mudanças do auxílio-saúde.

- Contratação de vans para uso nas eleições

Já está em andamento a licitação para contratação de vans em alguns municípios que não são atendidos pelas prefeituras. O prazo de licitação foi antecipado para evitar transtornos caso haja necessidade de utilização de suprimento de fundos.

- Cursos - segunda vaga

O Conselho questionou o Secretário sobre a existência de verba para uma segunda vaga nos cursos presenciais para todas as Zonas. Carlos foi incisivo em dizer que não há verba para aumento do número de vagas.

## **Dia 28/05**

### **CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL - CRE**

*Presente a servidora Priscila Spinelli*

- Domicílio Digital Eleitoral - implantação na Justiça Eleitoral.

O TSE enviou ao CNJ pedidos de mudanças no sistema que melhor atendem a Justiça Eleitoral. Temos que aguardar essas mudanças.

Ainda, em relação ao uso na prestação de contas, partidos não são obrigados a aderir ao sistema.

O Conselho questiona se há possibilidade de tentar forçar essa adesão dos partidos. Priscila responde que é com o CNJ.

Por conta disso, a CRE está trabalhando no sentido de permitir a notificação no SGIP, que já é acessado pelos partidos. Demanda está no TSE pois o sistema SGIP é do TSE.

O Conselho propôs regulamentação pela CRE/TRE para aceitar citação de prestação de contas pelo whatsapp cadastrado no SGIP. Priscila entende que nossa regulamentação não pode ser maior que a do TSE e diz que vários julgamentos foram anulados pois citação foi feita por whatsapp.

- Balcão Virtual - verificar a possibilidade de uso de outra ferramenta

Tem um estudo de migração de plataforma para o Google Meet. Estão sendo feitas as adaptações necessárias e melhorias no sistema. Não tem como extinguir o Balcão Virtual pois é determinação do CNJ.

- Infodip - prazo para migrar todas as certidões para o sistema

Está em fase-piloto com 08 unidades do TJSP fazendo Infodip Web.

O Conselho questionou sobre as penas de multa nas condenações criminais, que vão para o Ministério Público cobrar e não há retorno de eventual pagamento na Justiça Eleitoral para restabelecimento dos direitos políticos. A Corregedoria ficou de entrar em contato com o Ministério Público e o TJ para alinhar uma maneira de comunicar à Justiça Eleitoral o andamento dessas multas.

- ELO - suspensão da coleta de biometria em final de alistamento

TRE tentou com o TSE não voltar para a biometria, mas TSE entende ser responsabilidade da Justiça Eleitoral a coleta biométrica.

Não saiu a validação com o convênio do IIRGD antes do final do alistamento.

A Corregedoria acha difícil o TSE aceitar a suspensão da biometria, mesmo em final de alistamento, mas solicitou ao Conselho que aborde o assunto em data próxima à reabertura do cadastro, pois o foco do TSE agora são as eleições.

- Cursos área jurídica voltados aos Chefes de Cartório e não apenas aos juízes eleitorais

A Corregedoria alega que já foi aberta 1 vaga por cartório para fazer os cursos voltados aos juízes.

O Conselho ainda insistiu que apenas essa vaga não seria suficiente e ficou a pendência de verificar junto aos chefes quais os assuntos que mais demandam atualização jurídica e solicitar o curso via SEI.

A Corregedoria alegou, ainda, ser difícil no curso jurídico para chefes entrar em discussão de mérito, pois muitos servidores entendem que não há mais o que discutir no mérito pois acredita que a posição da CRE é a única possível.

- Despacho presencial do Juiz

O Conselho alegou que, com a implantação dos sistemas eletrônicos de assinatura (PJE e SEI), não há mais necessidade de comparecimento semanal do juiz, que muitas vezes nem tem demanda pendente para assinar. Propôs uma diminuição desse período para quinzenal ou mensal.

Priscila entende difícil essa alteração, por conta do histórico de cartórios que não contavam com a presença do Juiz, tinha que se deslocar até o fórum e solicitava ressarcimento da despesa ao Tribunal.

## COORDENADORIA DE ATENÇÃO À SAÚDE - COAS

*Presente o Coordenador Dr. Alexandre Tsumori Maezuka*

- Licença-médica/abono

- a) declaração de indispensabilidade de cuidado ser feita pelo próprio servidor
- b) rever o tempo destinado a transporte até a consulta, pois em muitos casos demanda mais do que 1 hora
- c) rever a necessidade de perícia presencial em locais distantes do TRE, pois há dificuldade em levar os dependentes até a Capital (Ex: autista, idoso...)

Indispensabilidade da declaração de cuidado pelo médico: licença-médica não é ato administrativo, é ato pericial e deveria ser feito apenas de modo presencial. Entretanto, para os cartórios do interior, em razão da distância e da dificuldade, são aceitas as declarações feitas pelo médico atendente.

Para considerar a licença-médica, tem que considerar incapacidade de comparecimento ao trabalho. Se a declaração do médico for genérica, dificulta a análise para concessão de licença.

Assim, coube ao Conselho esclarecer que, como é ato pericial, convém enviar junto com o atestado um breve relatório do ocorrido, para facilitar a concessão da licença.

Ainda, foi proposto pela COAS, a elaboração de uma Linha Direta para comunicar os cartórios sobre o funcionamento do atestado médico

- Prazo para consulta médica: 1 hora de trânsito.

Não passa por avaliação médica. É feito pela SGP. Deve haver alteração da norma (Seção de Legislação de Pessoal). Dr. Alexandre disse que tem um SEI para mudança dessa norma e ficou de passar o número ao Conselho.

- Saúde mental do servidor

- a) melhoria imediata nas condições de instalação dos cartórios (climatização, segurança)
- b) cobranças feitas por secretarias diversas e, muitas vezes, em momentos críticos

Cerca de 45% do absenteísmo é por doença mental. Vai ser lançado um programa de saúde mental por Resolução. A ideia é fazer mensalmente um levantamento de absenteísmo, revisão de prontuário e acompanhamento do servidor e trabalhar junto com outras seções para tentar intervir no local de trabalho, se necessário.

O Conselho ainda questionou se o novo layout dos Cartórios Eleitorais, de ambiente único, pode prejudicar a saúde mental dos servidores. Dr. Alexandre não tem informações a respeito, mas pode pesquisar.

## SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP

*Presente o coordenador Leandro Hiroto Tamashiro*

### - Requisitados/Terceirizados

- a) manutenção de requisitados para tarefas que demandam maior complexidade;
- b) verificar o andamento para contratação de terceirizados.

Retorno dos requisitados é ordem do TCU. Última notícia é de que todos que tenham mais de 5 anos de requisição devem voltar em 2025. Por enquanto, mantêm as vagas para requisitados nos cartórios, então o Juiz Eleitoral pode solicitar novas requisições às prefeituras.

Da outra vez, o Ministro Alexandre de Moraes conseguiu manter os requisitados alegando período eleitoral. Não se sabe qual a postura da nova Ministra.

Estão sendo feitos estudos sobre terceirizados para ver quais os cartórios mais precisam dessa força de trabalho.

### - Teletrabalho

- a) manutenção;
- b) suspensão.

Está em andamento o desenvolvimento de um sistema para aferir o aumento de produtividade dos servidores em teletrabalho.

Para a SGP, o teletrabalho pode ser mantido, mas depende do DG e da Presidência.

### - Horas extras

- a) aumento do limite no período eleitoral;
- b) aumento do horário limite para registro de entrada/saída;
- c) banco de horas.

Até a Eleição de 2022, a distribuição de horas era por servidor, dependendo das atribuições do cartório eleitoral. A partir desta eleição, a hora extra será um montante por unidade e caberá ao gestor fazer a distribuição entre os servidores. O Conselho solicitou um aumento na quantidade de horas no período eleitoral, que está em estudo pela SGP.

- Atribuições do assistente

SGP entende que não deve fazer nenhuma norma regulamentadora, para que o gestor tenha flexibilidade em dar atribuições ao assistente.

O Conselho disse que é necessária, não só a regulamentação, como uma avaliação periódica dos assistentes, pois muitos estão em uma situação confortável recebendo gratificação e sem querer realizar as demandas passadas pelos gestores.

Leandro disse para o Conselho fazer uma análise mais aprofundada a respeito do assunto.

- Avaliação periódica dos servidores

Está previsto avaliação por competências a cada 02 (dois ) anos, para fins de capacitação e desenvolvimento, apenas

- Curso presencial com mais de 01 servidor por Zona

Para a SGP, não há problema em trazer mais gente. A dificuldade está com a SOF, no pagamento de diárias, e entre os conteudistas, pois as secretarias do TRE precisam liberar servidores por mais tempo para dar curso para mais pessoas.

Foi proposto pelo Conselho, para amenizar a questão dos conteudistas, o aproveitamento de colegas dos cartórios que têm desenvoltura para ministrar cursos.

Ainda, na impossibilidade de se abrir 02 vagas para todos os cartórios, foram feitas solicitações especiais para que cartórios com novos chefes e cartórios que receberam novas atribuições tenham a segunda vaga garantida em curso presencial. Neste caso, houve um aceno positivo para a possibilidade.

Será feita a solicitação formal via Processo SEI para melhor análise de todas as secretarias envolvidas.

O Conselho ainda questionou a possibilidade de curso telepresencial e a resposta foi que está em licitação equipamentos para gravação e transmissão de cursos.

- Ponto facultativo após período de intenso trabalho nos Cartórios

Pedido a ser feito para o DG e a Presidência em momento posterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL - SAM  
SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS - SGS

*Presentes o Secretário Alessandro Dintof e o Oficial de Gabinete Luis Eduardo Simplicio de Lima (SAM) e José Luiz Simião dos Santos (SGS)*

- Terceirizados limpeza - substituição por conta de licença saúde

A contratação é do posto de trabalho, e não da pessoa.

Entrar em contato com a fiscalização e informar o que está acontecendo, inclusive por conta de demanda judicial.

- Andamento para aquisição e fornecimento de carrinho para carregar urna

Aguardando nova contratação de transportadora para iniciar o procedimento de entrega. Já tem os carrinhos para todos os cartórios que solicitaram. São 220 unidades. Cada cartório limitado a 01 unidade. Sobram ainda 34 unidades à disposição para novos pedidos.

- Maior agilidade na aquisição de bens móveis solicitados pelos cartórios.

As compras são efetuadas quando se tem um número razoável de pedidos para fazer uma única licitação. Esta é a razão da demora para envio dos bens.

- Levantamento de mobiliário sem uso e redistribuição.

Solicitação efetuada e aceita pela SAM. Mobiliário a ser cedido deve ser perfeito, ótimo, para não passar material ruim aos colegas que necessitam.

- Destinação dos bens inservíveis que não são aceitos nem para doação.

Consultar o INAC. Está no novo manual de procedimento de baixa. Foi solicitada uma Linha Direta com o link para o novo manual.

- Aquisição e manutenção de ar condicionado
- 

A aquisição para os cartórios solicitantes foi finalizada.

A manutenção, financeiramente, é difícil pois não pode utilizar o suprimento de fundos. Se fosse fazer contrato, seriam vários contratos para contemplar todos os cartórios.

Deve-se, realmente, usar o viés político para tentar a manutenção do ar. Se necessário, solicitando auxílio formal do TRE via SEI, após as negativas das prefeituras.

O TRE não tem estrutura operacional para gerir todos os cartórios do interior.

\*Informações extras dadas pela SAM

1. A pastinha do mesário será padronizada. Material será enviado até começo de julho.
2. Materiais que dependem do TSE vão atrasar (fone de ouvido, por exemplo).
3. Manual do mesário - deve chegar até começo de agosto
4. Materiais para afixação de cartazes: vai ser enviado para afixação as fitas, fita crepe e uma massinha de afixação.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI  
SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

*Presentes o Secretário Daniel Forlivesi (STI) e diversos servidores da STI e o Coordenador da COGIN Valtier de Barros Veloso (SGID).*

- Integração entre sistemas

Estão sendo integrados vários sistemas. GAM, Editais e GSE estarão integrados ao SEI, sem tirar a autonomia de uso independente do sistema. Haverá um simulado em Julho para verificar essa integração.

#### 1. SEI x GENOS

Questão técnica foi superada. Colocada como primeira urgência após eleição. O Conselho propôs suspender o uso do Genos durante a eleição. A contraproposta foi de manter o Genos apenas para numeração. Em análise.

#### 2. FILIA x PJE

TRE não tem autonomia para mexer nesses sistemas, mas pode levar para o grupo do TSE.

#### 3. DFT e demais sistemas

Em análise.

\*Informações extras STI:

- a) PJE 1º grau agora é por Estado, e não mais nacional, com a intenção de que melhore os acessos, principalmente em períodos de grande demandas.
- b) Prazo previsto de entrega da automação PJE/Prestação de contas - 08/07
- c) Conselho encaminhará, via SEI, proposta de centralização das demandas/pesquisas, que permita a visualização, pelas secretarias, de todas as demandas solicitadas aos cartórios a fim de evitar acúmulo em determinados períodos.

- Melhoria de sistemas

#### 1. Logusweb

Sistema desenvolvido pelo TSE mas está sem atualização mesmo com solicitação do TRE. Atualmente estão focados em melhorias de segurança e há possibilidade de alteração para o ano que vem

## 2. AcompUrna

AcompUrna vai permanecer para o segundo turno. No primeiro turno o acompanhamento será feito por transmissão de correspondência.

Acompanhamento de ocorrência com urna no AcompUrna poderá ser feito pelo chefe.

## 3. ELO - multas

TSE está paulatinamente melhorando os sistemas, e tem uma ordem de prioridade.

- Implantação de sistemas

### 1. Controle de bens patrimoniais (Guias de Remessa e TTI)

Sendo desenvolvido Sistema global de gestão de material. Vai tentar incluir essa solicitação no novo sistema. solicitar via SEI.

- Manutenção/Fornecimento de aparelhos

### 1. Manutenção de impressoras

Se estiver na garantia, a impressora deve ser enviada ao TRE para não perder a garantia. Fora da garantia, não há previsão de ser feito por suprimento de fundos, e a aquisição de peças de reposição é feita de forma centralizada pelo TRE. Vão estudar a possibilidade de regionalizar essa manutenção.

### 2. Aquisição de nobreak e switch

Nobreak - está em processo de licitação. Houve atraso da empresa ganhadora da licitação, o TRE está aguardando uma resposta definitiva.

Switch - feita a aquisição com remessa automática até o final do mês de junho. Depois verificar a instalação pois será monitorada pelo TRE.

- Feedback do final de alistamento

### 1. Plano de contingência

### 2. Contrato com a Vivo - abertura de chamado via TRE

O contrato prevê atendimento em até 8 horas em período não eleitoral e 4 horas em período eleitoral (a partir de abril). Foi feita reunião e foram tomadas algumas ações: a) teste/verificação de contingência de modem efetuada pela Vivo com participação dos

cartórios(link MPLS e Fortinet); b) “war room” no dia da eleição; c) Vivo fará teste mensal sem participação dos cartórios; d) envio de ofício do presidente ao presidente da Vivo com as datas críticas

\*Informações adicionais STI

1. WAF - está em estudo o login único para ter mais sistemas acessados pela internet.
2. Mudanças na troca de gestão de empresa de manutenção (em vez de ficar esperando o atendimento pela STI) - atendimento das ligações em até 5 minutos. Todo o atendimento será concentrado na equipe da empresa, e o atendimento será por 0800. Período de adaptação 90 dias a partir de 07/06. Verificar se está sendo cumprido.
3. Reforçar aos cartórios a abertura do chamado de manutenção corretiva assim que verificar o problema na urna, para não deixar para o período de carga e lacração.

## **Dia 29/05**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DE ELEIÇÕES - SEPLAN  
ASSESSORIA DE ATENDIMENTO AOS CARTÓRIOS ELEITORAIS - AACE  
DIRETORIA-GERAL - DG

*Presentes o Diretor Geral Claucio Cristiano Abreu Corrêa, a Assessora-Chefe Julia Balbi Albertin (AACE), a secretária Regina Rufino e demais secretários e servidores de diversas secretarias do TRE*

O Diretor Geral iniciou a reunião falando sobre a importância da integração do Conselho com as Secretarias, ressaltando que não se trata de um embate, mas de união de forças para um bem comum que é a melhoria na qualidade de trabalho dos cartórios eleitorais. Enfatizou que, naquilo que puder ser feito para auxiliar os cartórios, as secretarias estão dispostas a auxiliar. Disse que o Conselho leva até as secretarias uma visão geral para o aperfeiçoamento da gestão cartorária.

- Proposta de incentivo aos servidores que participam do Conselho

O Conselho levantou, inicialmente, a questão da falta de interesse dos chefes de cartório em participar do CRCE, pois muitos veem essa atuação como mais trabalho sem nenhum benefício. Participar do conselho só traz ônus.

Foi solicitado que se colocasse um elogio no histórico funcional dos colegas da gestão 2022-2024, mas não foi aceito pois não entra nas regras.

Foram levantadas propostas de incentivos aos servidores. Ex: CJ; FC01 para a Zona; reuniões em Brasília; entre outras.

O Diretor Geral pediu para fazer a solicitação via SEI que será estudado pelas secretarias.

- AcompVot - quais melhorias já serão implementadas nesta eleição;

Houve uma atualização no sistema no momento de finalização da eleição.

Reforçar com os apoios para clicar a funcionalidade de encerramento no local de votação.

O Conselho solicitou um webinar para demonstrar a importância do AcompVot. Eliana Passarelli ficou de pensar a respeito.

- Apoio logístico TJ. Alocação de 06 dias a critério do Juiz Eleitoral

Diretriz do TJ. A SGP do TJ não vai aceitar de maneira diferente. Se fizer fora do determinado pelo TJ, o servidor terá o dia descontado. O TRE-SP ainda está em tratativas com o TJ.

- TTE Mesários sem necessidade de comparecimento presencial

Foi solicitada pelo TRE-SP a alteração dessa norma, mas o TSE está irredutível. Questionado se é possível fazer na reunião de mesários, foi informado que não há óbice.

- Assunção dos Cartórios

a) divulgação de cronograma (publicidade)

b) layout dos cartórios. Necessidade de um espaço separado para tarefas que demandam maior foco.

A divulgação de cronograma é um pouco delicada, pois depende de vários fatores. Não há como fechar prazos. Ainda está em andamento a assunção dos cartórios mais críticos. Depois, será feita nova avaliação para determinar quais cartórios entrarão na próxima fase.

Quanto ao layout, serão observados os pontos positivos e negativos na realização das eleições municipais pelos cartórios que já passaram pela unificação e em reunião pós-eleição será visto eventual necessidade de atualização da estrutura.

- Pauta DG: Terceirização da Força de Trabalho

O TSE criou um Grupo de Trabalho para análise da terceirização.

O TRE-SP está atuando independente do TSE para contratação de terceirizados.

Está sendo feito estudos sobre terceirizados para ver quais os cartórios mais precisam dessa força de trabalho. O estudo, ainda incipiente, com várias áreas da secretaria. A ideia é apresentar uma proposta antes do retorno programado dos requisitados.

- Curso Pós online - EJP

Está em andamento a solicitação junto ao MEC para proporcionar o curso de pós online. Inicialmente estão previstos os cursos de Gestão pública e gestão de processos, mas ainda em estudo.

- Atribuição dos assistentes

O Diretor-Geral entende ser uma boa ideia. Pediu ao Conselho para formalizar o pedido. Carlos (SGP) ainda questionou se realmente se faz necessária essa normatização.